

Classe média já é metade da população

(Não Assinado)

RIO - A classe média já representa mais da metade da população nas seis principais regiões metropolitanas do país. Com renda maior e comprando mais, as famílias que agora ocupam esta faixa foram as grandes beneficiadas pela estabilidade macroeconômica e pelo aumento do emprego com carteira assinada. É o que revela o levantamento "A Nova Classe Média", divulgado ontem pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Segundo a pesquisa, hoje há maior probabilidade de ascensão da classe média às camadas mais altas do que há seis anos.

Desde 2002, a participação da classe média na população economicamente ativa aumentou de 44,19% para 51,89% nas seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), que formam a base da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No levantamento da FGV, a classe C é classificada como classe média, com renda mensal domiciliar entre R\$ 1.064 e R\$ 4.591.

O economista Marcelo Nery, um dos coordenadores da pesquisa, usou dados da PME para traçar um retrato da atual classe média e sua evolução nos últimos seis anos. Ele aponta como um dos principais fatores que contribuíram para inflar esta faixa de renda a expansão nos empregos com carteira assinada. "A carteira assinada é o grande símbolo da classe média", sentencia.

O fenômeno é dissociado dos efeitos de programas assistenciais, como o Bolsa Família, por exemplo. "Na verdade, a nova classe média é aquele segmento do meio, que cresceu muito nos últimos anos: o grupo emergente que cresceu a partir do próprio trabalho", afirmou.

Esse aumento no número de pessoas empregadas pode ter influenciado uma redução nos índices de pobreza e de miséria, nos últimos seis anos, também revelado pela pesquisa. "Na verdade, o levantamento apresentou um cenário positivo também no combate à desigualdade", afirmou o economista.

Os dados da análise mostraram o desenvolvimento do Índice de Gini, que mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. O valor do índice varia de 0 a 1, sendo que 0 significa que não há desigualdade e 1 representa um cenário onde a desigualdade é máxima, ou seja, apenas um pequeno grupo detém toda a renda da sociedade. De abril de 2002 para abril deste ano, o Índice de Gini passou de 0,62 para 0,58.

O economista comentou que a participação das famílias na faixa da miséria, com renda próxima de zero, no total da população pesquisada caiu de 34,93% para 25,16%, nos últimos seis anos. "Estamos com uma boa safra de indicadores sociais, nunca antes vista", disse.

Nery comentou que um dos pontos fracos apontados pelo levantamento foi a ausência de mão-de-obra qualificada para cargos com maiores salários. "Antes tínhamos uma crise de desemprego; hoje temos um apagão de mão-de-obra", disse. A pesquisa revelou ainda que a renda média domiciliar total da população pesquisada para o levantamento saltou de R\$ 1.784,08 para R\$ 1.956,90 de abril de 2002 para abril deste ano - um aumento de 9,6%.

Nos últimos seis anos, a participação das classes A e B (famílias com renda superior a R\$ 4.591 mensais) também aumentou nas seis regiões metropolitanas passando de 11,61% para 15,52%. Já a participação das famílias de classe mais baixa, que ganham menos de R\$ 1.064 por mês, caiu de 46,13% para 32,59% da população.